



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL (CNR)
Ata da 1ª reunião, realizada em 9 de agosto de 2021

1 Em 9 de agosto de 2021, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Normativa e
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Marcelo da Fonseca,
6 representante da SEMAD. Representantes do poder público estadual: Verônica
7 Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Lucas
8 Marques Trindade, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG);
9 Ariel Chaves Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura,
10 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Marcelo Ladeira Moreira da Costa, da
11 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Josélia Maria e
12 Souza Almeida, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
13 (Seinfra). Representantes do poder público municipal: Pedro Augusto Rodrigues
14 dos Santos, da Prefeitura Municipal de Patrocínio; Vinícios Adão Campos, da
15 Prefeitura Municipal de São João do Manteninha; Francianny Maria de Paula
16 Souza, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Paola de Oliveira Silva, da Prefeitura
17 Municipal de Santa Bárbara. Representantes dos usuários de recursos hídricos:
18 Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas
19 Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e
20 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); João Carlos de Melo, do Instituto
21 Brasileiro de Mineração (Ibram); Nélon Cunha Guimarães, da Companhia de
22 Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Jadir Silva de Oliveira, da Associação
23 das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig). Representantes da
24 sociedade civil: Helena Lúcia Menezes Ferreira, do Conselho Regional de
25 Biologia (CRBio 4ª Região); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Instituto
26 Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Armando Gallo Yahn Filho, da Universidade
27 Federal de Uberlândia (UFU); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho
28 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Flávio
29 Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade
30 Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O
31 presidente suplente Marcelo da Fonseca declarou aberta a 1ª reunião da
32 Câmara Normativa e Recursal e fez leitura do memorando da Secretaria
33 Executiva do CERH por meio do qual é designado para presidir a sessão. Em
34 seguida, fez leitura da carta de abertura com esclarecimentos e orientações
35 gerais sobre a realização da reunião por videoconferência. **2) POSSE DOS**
36 **CONSELHEIROS.** O presidente Marcelo da Fonseca fez a leitura do termo de
37 posse dos conselheiros, conforme o §1º do art. 38 do Decreto nº 48.209, de

38 18/6/2021. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Thiago Figueiredo
 39 Santana, do IGAM, fez apresentação da nova reestruturação e respectiva
 40 composição dos colegiados do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e
 41 sobre as competências da Câmara Normativa e Recursal. Em seguida,
 42 comunicou sobre a realização do XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos
 43 Hídricos, nos dias 21 a 26 de novembro, em Belo Horizonte, sob a temática
 44 ‘água em pauta: múltiplas dimensões’.” Conselheira Maria Teresa Viana de
 45 Freitas Corujo: “Como nos itens 7.5 e 7.6 não foram disponibilizados os
 46 documentos e quando se acessa o SEI informado – eu fiz isso com cadastro no
 47 SEI – só se tem acesso a uma relação dos vários encaminhamentos e não
 48 acesso à documentação, ou seja, é um processo que não está disponibilizado
 49 ao público, que sejam retirados de pauta os itens 7.5 e 7.6. Porque não tem a
 50 documentação disponibilizada nem para o público nem para os conselheiros.”
 51 Presidente Marcelo da Fonseca: “Certo, conselheira. Isso eu ia informar no
 52 momento em que fôssemos fazer a leitura da pauta, mas obrigado pela
 53 manifestação.” Conselheira Ariel Chaves Santana Miranda: “Eu vou, de certa
 54 forma, seguir a linha de raciocínio da conselheira Maria Teresa. Na realidade é
 55 mais uma pergunta, com relação ao item 6.3. Eu não identifiquei na
 56 documentação a análise do órgão, a análise do recurso. Pode ter sido um lapso
 57 meu aqui, mas eu não identifiquei. Era só se for possível disponibilizar a tempo
 58 de avaliarmos aqui durante a reunião mesmo.” Presidente Marcelo da Fonseca:
 59 “Eu vou pedir à Secretaria Executiva para confirmar.” Conselheira Maria Teresa
 60 Viana de Freitas Corujo: “Eu tenho uma contribuição. Eu também fui procurar e
 61 percebi que a análise está dentro do PDF, não está ao final. Tem os
 62 documentos relacionados com esse item, e geralmente ao final tem a análise do
 63 órgão, e nesse caso a análise está no meio do PDF. Aconteceu comigo também
 64 o entendimento de que não tinha vindo a análise.” **4) EXAME DA ATA DA 98ª**
 65 **REUNIÃO DA CTIL.** Aprovada por unanimidade a ata da 98ª reunião da
 66 Câmara Técnica Institucional e Legal, realizada em 8 de março de 2021. Votos
 67 favoráveis: Segov, MPMG, Prefeitura de Viçosa, Fiemg, Faemg, Ibram, CRBio,
 68 Instituto Guaicuy e UFMG. Abstenções: Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de
 69 Patrocínio, Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Santa Bárbara,
 70 Copasa, Siamig, UFU e Crea. Ausência: Prefeitura de Betim. Os conselheiros
 71 que se abstiveram de votar justificaram a abstenção pelo motivo de não terem
 72 participado da 98ª reunião da CTIL. **5) MINUTAS DE DELIBERAÇÃO**
 73 **NORMATIVA CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1) Minuta de**
 74 **Deliberação Normativa CERH-MG que estabelece as diretrizes gerais, os**
 75 **princípios e fundamentos para subsidiar a elaboração dos Regimentos**
 76 **Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas. SEI 2240.01.0000250/2021-**
 77 **57. Apresentação: Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas**
 78 **e Articulação a Gestão Participativa (GECBH/IGAM). Retorno de vista:**
 79 **Segov.** Minuta de deliberação normativa aprovada por unanimidade, com ajuste

na redação do §1º do artigo 8º, ficando o seguinte texto: “§1º A substituição de representantes do Comitê será solicitada por meio de ofício da entidade interessada à Diretoria do Comitê, que encaminhará o documento ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) para que efetive a substituição e dê publicidade aos respectivos comitês e à sociedade através de endereço eletrônico oficial.” Votos favoráveis: Segov, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de São João do Manteninha, Fiemg, Faemg, Ibram, Copasa, Siamig, CRBio, Instituto Guaicuy, Crea e UFMG. Abstenções: MPMG e Prefeitura de Santa Bárbara. Ausências: Prefeitura de Betim, Prefeitura de Viçosa e UFU. Justificativas de abstenções. Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Tanto pela regra geral da Corregedoria quanto por acreditar que em alguns pontos a proposta adentra demasiadamente em matéria do próprio Regimento Interno, eu me abstenho.” Conselheira Paola de Oliveira Silva: “Eu vou me abster pelo motivo de não ter tido acesso à minuta anteriormente.” **5.2) Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que revoga a Deliberação Normativa CERH-MG nº 27, de 18 de dezembro de 2008. SEI 2240.01.0000839/2020-65. Apresentação: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon/IGAM).** Minuta de deliberação normativa aprovada por unanimidade. Votos favoráveis: Segov, Seapa, Sede, Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg, Faemg, Ibram, Copasa, Siamig, CRBio, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG. Abstenção: MPMG. Ausência: Prefeitura de Betim. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Abstenção com base na regra geral do Ato 2 da Corregedoria Geral do Ministério Público e diante da ausência de prévio contato com o promotor de Justiça natural.” **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO CONTRA A APLICAÇÃO DE PENALIDADES REFERENTE A INFRAÇÃO ÀS NORMAS DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. 6.1) Serra da Fortaleza Mineração e Metalurgia Ltda. Fortaleza de Minas/MG. Infração: descumprir as orientações técnicas dos órgãos ambientais nos casos de dano ou ameaça de dano à população e/ou recursos hídricos. PA 697820/2020, AI 233278/2020. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração/IGAM.** Recurso indeferido por maioria nos termos do parecer do IGAM. Votos favoráveis ao parecer do IGAM: Segov, Seapa, Sede, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Copasa, CRBio, Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG. Voto contrário: Fiemg. Abstenções: MPMG, Seinfra, Prefeitura de Santa Bárbara, Faemg, Ibram e Siamig. Ausência: Prefeitura de Betim. Justificativas de abstenções e de voto contrário. Justificativa de abstenção do MPMG nos mesmos termos da abstenção registrada no item 5.2. Conselheira Josélia Maria e Souza Almeida: “Eu vou me abster. É a primeira que vez que eu estou participando, como suplente. Até eu entender melhor, prefiro me abster.” Conselheira Paola de

122 Oliveira Silva: “Eu também irei me abster, pelas mesmas justificativas
 123 apresentadas pela conselheira da Seinfra, por estar participando pela primeira
 124 vez e desconhecer, por enquanto, o procedimento desses processos
 125 especificamente.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Em relação aos itens
 126 6.1 e 6.3, a Fiemg vota contrário por entender que deveria haver aplicabilidade
 127 da tabela de correção monetária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.”
 128 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “6.1 e 6.3, abstenção.” Conselheiro
 129 João Carlos de Melo: “Eu acompanho a votação da Faemg, pelos mesmos
 130 motivos já expostos.” Conselheiro Jadir Silva de Oliveira: “Acompanho o voto
 131 também da Faemg pelos mesmos motivos.” **6.2) Espólio de Geraldo Leonardo**
 132 **Guilherme Michels. Monte Carmelo/MG. Infração: sonegar dados ou**
 133 **informações relativas à segurança de barragens, quando solicitadas pelo**
 134 **IGAM, pelo CERH-MG ou pelos demais órgãos ambientais, ou prestar**
 135 **informações falsas. PA 697341/20, AI 196912/2020. Apresentação: Núcleo**
 136 **do Auto de Infração/IGAM.** Recurso indeferido por maioria nos termos do
 137 parecer do IGAM. Votos favoráveis: Segov, Seapa, Sede, Prefeitura de
 138 Patrocínio, Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa,
 139 Prefeitura de Santa Bárbara, Copasa, Instituto Guaicuy e UFMG. Votos
 140 contrários: Fiemg, Ibram e Siamig. Abstenções: MPMG, Seinfra, Faemg, CRBio,
 141 Crea e UFU. Ausência: Prefeitura de Betim. Justificativas de abstenções e de
 142 votos contrários. Conselheiro Lucas Marques Trindade: “Conquanto tenha meu
 143 convencimento formado, eu vou me abster seguindo a regra geral da
 144 Corregedoria e pela ausência de prévio contato com o promotor natural.”
 145 Conselheira Josélia Maria e Souza Almeida: “Eu vou me abster, por ainda estar
 146 tomando conhecimento.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto contrário
 147 por entender que deveria ser aplicado, no caso, no valor da penalidade, a
 148 correção monetária da tabela do Tribunal de Justiça.” Conselheiro Carlos
 149 Alberto Santos Oliveira: “Eu vou me abster. Eu não fui convencido. A lavratura
 150 do auto de infração foi feita de conformidade com as normas, mas tem um ofício
 151 absolutamente desnecessário que foi parar dentro dos autos, e esse ofício
 152 desnecessário levou o processo àquela expressão que a gente chama: o
 153 processo ganhou uma instrução ruim’. Tem um ofício desnecessário. Por isso
 154 eu estou me abstendo.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Meu voto é
 155 contrário. Além do motivo que movimentou a representante da Fiemg, eu fiquei
 156 um pouco confuso sobre esse ofício encaminhado pelo IGAM, em determinado
 157 momento, alertando que ele teria. Eu entendi que ele teria que fazer o
 158 encaminhamento de um documento que venceria só no final de 2020. Não sei
 159 se estou certo ou errado, mas isso ficou confuso. Em função disso, meu voto é
 160 contrário.” Conselheiro Jadir Silva de Oliveira: “Contrário também porque eu
 161 acho que esse ofício, no entendimento, se tinha um prazo dentro do ofício, se o
 162 ofício não foi muito claro, eu acho que induziu o empreendedor a esse
 163 entendimento de que teria esse prazo para cumprimento. E mobilizou para que
 164 isso ocorresse.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Eu me abstenho

165 pelos mesmos argumentos apresentados pelo Carlos Alberto e o Jadir.”
 166 Conselheiro Armando Gallo Yahn Filho: “Eu me abstenho, pelas mesmas
 167 justificativas anteriores.” Conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo: “Eu vou me
 168 abster também pelas mesmas justificativas apresentadas pelo Carlos Alberto.
 169 Eu acho que acabou confundindo um pouco.” Destaque de voto favorável.
 170 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Instituto Guaicuy vota
 171 favorável por causa da questão da legalidade, mas sugere que quando houver
 172 situações similares, conforme sugerido pelo empreendedor, se deixem bem
 173 claros para o empreendedor esses aspectos para não gerar insegurança
 174 jurídica e entendimentos equivocados. Então que se comunique que tem que
 175 apresentar para cumprir determinada legislação, mas que a infração em si já foi
 176 lavrada. Isso é fundamental para a transparência e o cuidado com as coisas
 177 públicas.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “Eu gostaria de reforçar
 178 a sugestão que a Maria Teresa deu. Eu acho que é muito importante no sentido
 179 de dar transparência e evitar essa confusão de entendimento por parte dos
 180 conselheiros ao avaliarem o processo.” Manifestação da Presidência.
 181 Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, conselheira. A equipe do IGAM está
 182 aqui presente, a Thayná e os demais. Já vão reforçar isso e reforçar o
 183 procedimento interno de forma a evitar novas situações que geram essa dupla
 184 interpretação.” **6.3) Galba Vieira Cordeiro Júnior. Paracatu/MG. Infração:**
 185 **causar intervenção que resulte ou possa resultar em danos aos recursos**
 186 **hídricos. Conversão de multa. PA 443257/2016, AI 023761/2016.**
 187 **Apresentação: Núcleo do Auto de Infração/Supram Noroeste de Minas.**
 188 Recurso indeferido por maioria nos termos do parecer do IGAM. Votos
 189 favoráveis ao parecer do IGAM: Segov, Seapa, Sede, Prefeitura de Patrocínio,
 190 Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Copasa, CRBio,
 191 Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG. Voto contrário: Fiemg. Abstenções:
 192 MPMG, Seinfra, Prefeitura de Santa Bárbara, Faemg, Ibram e Siamig. Ausência:
 193 Prefeitura de Betim. Justificativas de abstenções e de voto contrário conforme
 194 registradas no item 6.1, em votação em bloco. **7) PROCESSOS**
 195 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE OUTORGA DE**
 196 **DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS. 7.1) Taquaril Mineração S/A.**
 197 **Nova Lima/MG. Processo de Outorga nº 33309/2014. Captação em corpo**
 198 **d’água para consumo industrial. SEI 2240.01.0000658/2021-02.**
 199 **Apresentação: Núcleo de Auto de Infração/IGAM.** Processo retirado de pauta
 200 com pedido de vista do Instituto Guaicuy e vista conjunta do Ibram.
 201 Justificativas. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O Instituto
 202 Guaicuy está pedindo vista. Justificativa: a sociedade civil vem acompanhando
 203 esse empreendimento; para possibilitar que haja a questão de o parecer de
 204 vista colocar a análise desse recurso.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu
 205 gostaria de fazer uma avaliação um pouco mais profunda e mais detalhada de
 206 todo o processo, em função do período que já decorreu especificamente nesse

processo.” **7.2) Taquaril Mineração S/A. Nova Lima/MG. Processo de Outorga nº 33310/2014. Captação em corpo d’água para consumo industrial. SEI 2240.01.0000438/2021-25. Núcleo de Auto de Infração/IGAM.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do Instituto Guaicuy e vista conjunta do Ibram. Justificativas. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O Instituto Guaicuy faz pedido de vista pelas mesmas razões apontadas (no item 7.1), inclusive por ser em uma área relacionada com a bacia de contribuição da captação de Bela Fama e no alto Velhas.” Conselheiro João Carlos de Melo: “O Ibram também gostaria de fazer solicitação de pedido de vista conjunto pelos mesmos motivos apresentados anteriormente.” **7.3) Vito Transportes Ltda. Fazenda Santa Rosa e Cana Brava. Paracatu/MG. Processo de Outorga nº 2414/2018. Captação em corpo d’água para fins de irrigação. SEI 2240.01.0000432/2021-90. Apresentação: IGAM/Gerur.** Recurso indeferido por maioria nos termos do parecer do IGAM. Votos favoráveis ao parecer do IGAM: Segov, MPMG, Sede, Seinfra, Prefeitura de São João do Manteninha e UFMG. Votos contrários: Faemg, Ibram e Siamig. Abstenções: Seapa, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg, Copasa, CRBio, Instituto Guaicuy, UFU e Crea. Ausências: Prefeitura de Betim e Prefeitura de Viçosa. Justificativas de abstenções e de votos contrários. Conselheira Ariel Chaves Santana Miranda: “Eu vou me abster. Embora eu tenha entendido o que o Thiago e demais representantes do IGAM falaram – eu respeito muito o posicionamento deles –, mas o pedido de reconsideração é de 2019, então eu acho que, considerando tudo que foi levantado tanto pelo IGAM quanto pelo empreendedor, talvez nós pudéssemos reavaliar esse pedido. Então eu vou preferir me abster nessa situação.” Conselheiro Pedro Augusto Rodrigues dos Santos: “Eu também vou me abster pelos mesmos fatos.” Conselheira Paola de Oliveira Silva: “Eu também vou me abster, por não ter ficado claro para mim o entendimento do IGAM.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu vou me abster. Por toda a discussão, eu acho que talvez poderíamos ter colhido maiores informações com uma baixa em diligência. Eu não me sinto segura para votar. Então vou preferir me abster.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu voto contra o parecer do IGAM por entender que nós estamos perdendo uma belíssima oportunidade de colocar a independência do conselheiro, como sempre falado, em prol da possibilidade de esse empreendimento poder se instalar. E tem uma coisa, o representante do empreendimento abriu mão de toda aquela questão que estava colocada no recurso para falar que aceitava uma redução de demanda de água, se adaptando àquela possível. Então meu voto é contra.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu acompanho a votação do representante da Faemg e acrescentando um pouco mais. Eu acho que nós estamos perdendo uma oportunidade de resolver situações que vêm ocorrendo e podem vir a ocorrer no Estado. Eu acho que é oportunidade como esta notadamente uma vez que o próprio requisitante da outorga abre mão daquilo que poderia ser a avaliação

250 complementar. Isso foi solicitado em 2019, ou seja, tem em torno de dois anos
 251 que vem sendo pedido, e só agora que se resolve. Esses problemas de retardar
 252 alguma coisa, eu não culpo ninguém, mas é a própria estrutura de outros entes
 253 que às vezes conduza a isso. Ou seja, nós precisamos e temos urgência em
 254 situações similares, típicas como essa, que vêm afetando uma série de
 255 empreendimentos e têm que ser resolvidas de uma forma mais célere. É só um
 256 pedido que a gente vem fazendo, não é agora, já tem algum tempo.”
 257 Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu entendo que a Copasa tem sofrido
 258 essa questão do problema no caso da bacia do Santa Isabel. Eu concordo,
 259 apesar dos posicionamentos que o Thiago colocou de que não é o caso. Mas,
 260 como também já foi dito aqui, é um processo desde 2019. Qual alternativa que
 261 poderia se ter de se buscar o diagnóstico mais detalhado da bacia, de olhar a
 262 bacia como um todo? Em cima de todas essas questões, entendendo que a
 263 Copasa como usuária da bacia também tem sofrido, mas eu não me sinto à
 264 vontade nessa votação. Até mesmo diante das informações e desse diagnóstico
 265 que foi proposto, que eu acho que é necessário, eu vou me abster.” Conselheiro
 266 Jadir Silva de Oliveira: “Eu vou votar contrário porque, ainda que eu perceba, o
 267 problema da indisponibilidade seria suficiente para indeferir o pedido, mas trata-
 268 se de um processo, conforme a Michele falou, de três anos. O indeferimento
 269 ocorreu há três anos. Então há possibilidade de uma reavaliação. E até
 270 aconselho que o empreendedor entre com novo pedido dentro da realidade que
 271 ele acha que poderia ser feito. A indisponibilidade está inviabilizando o
 272 empreendimento, e devem ter outros na mesma situação. Então essa é a minha
 273 colocação.” Conselheira Helena Lúcia Menezes Ferreira: “É complexa essa
 274 votação. Do ponto de vista recursal, não há nada a questionar. Só que na minha
 275 maneira também de ver não é simplesmente só a questão da disponibilidade de
 276 água. Mas tem que se ter na análise uma visão integrada da bacia. E se há
 277 situações de reserva, eu acho que para se dar resposta no processo recursal,
 278 para mim, é o todo, não é simplesmente uma parte. E por eu considerar que do
 279 ponto de vista do recurso, como muito bem pontuou o Thiago e ficou claro, eu
 280 creio que vai além da questão, porque o conflito vai continuar existindo. Se
 281 outro empreendedor fizer um pedido, vai ser uma situação semelhante. Então,
 282 na minha maneira de considerar a questão, tem que se analisar o todo. E eu
 283 opto então por me abster em relação ao processo.” Conselheira Maria Teresa
 284 Viana de Freitas Corujo: “Se formos olhar a questão do recurso em si, concordo
 285 com o que foi colocado pelo promotor e pelo Thiago. De uma forma objetiva,
 286 realmente, não trouxe essas questões, isso não foi considerado, mas tem um
 287 aspecto que eu entendo que não foi respondido adequadamente, que foi: se a
 288 questão da disponibilidade hídrica é baseada nas informações que estão na
 289 base de dados do IGAM e se essa base de dados do IGAM não se tem 100%
 290 de certeza, por exemplo, dessa questão de outorgas de reserva; e se ao mesmo
 291 tempo é uma bacia já com questões graves de quantidade de outorgas e não
 292 devido conhecimento da real situação das outorgas válidas, eu não vejo

293 conforto em decidir favorável à decisão do Estado, de indeferimento do recurso,
 294 e ao mesmo tempo de decidir contrária a isso. Porque na realidade não temos a
 295 real informação, e está se baseando no que está na base de dados do Estado,
 296 de outorgas, que pode não significar a realidade, inclusive podendo ser ainda
 297 pior a situação de indisponibilidade ou ser possível uma outra análise. Então o
 298 nosso voto é pelo indeferimento. E reforço que então vejamos que caminho há
 299 para se tratar o território da bacia do rio Paracatu com a devida e completa
 300 análise, não somente baseada no que está de números de outorgas no banco
 301 de dados do Estado. É abstenção. Desculpa.” Conselheiro Armando Gallo Yahn
 302 Filho: “Eu me abstenho acompanhando os argumentos da Sra. Maria Teresa.”
 303 Conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo: “Eu também me abstenho pelos
 304 mesmos motivos da Maria Teresa. Eu acho que devem ser feitos mais estudos
 305 antes de simplesmente falar que não tem disponibilidade hídrica.” Manifestação
 306 da Presidência. Presidente Marcelo da Fonseca: “Eu gostaria de fazer três
 307 considerações. Com relação à demora da apresentação da análise do pedido
 308 aqui na Câmara Recursal ou no Conselho, como era esperado, toda a análise
 309 técnica, toda a instrução do processo foi feita de forma tempestiva. Acontece
 310 que nós não tivemos reuniões do Conselho nesse período. Então isso atrasou a
 311 análise dos pedidos de reconsideração, porque esse pedido precisaria ser
 312 analisado no Plenário. Outra questão importante, quanto à celeridade dos
 313 processos, eu gostaria de registrar que o IGAM recebeu as outorgas novamente
 314 para análise dos processos em maio de 2018, oportunidade em que nós
 315 tínhamos naquele momento 25 mil processos de outorga parados no Estado,
 316 sem análise. E desde então nós já conseguimos reduzir 21 mil processos. Hoje
 317 ainda restam 4.000 processos no passivo. Foi um esforço muito grande que
 318 toda a nossa equipe fez para poder debelar esse passivo. Isso quer dizer que
 319 nós analisamos 21 mil processos do passivo e um quantitativo equivalente ao
 320 que entra nesse período. Ou seja, mais de 10 mil processos analisados nesses
 321 últimos anos, em cada um desses anos. Então é um esforço muito grande. A
 322 expectativa nossa é que nos próximos meses consigamos zerar o nosso
 323 passivo, e isso vai permitir um tempo de resposta muito mais rápido ao usuário.
 324 Em algumas regiões já estamos fazendo análise de processos de 2021, algo
 325 que era inimaginável no passado recente. Outra questão, e aí para deixar claro
 326 o compromisso do IGAM quanto à situação aqui relatada, o que nós acabamos
 327 de decidir aqui é a questão do mérito desse processo específico. Todas as
 328 questões que foram colocadas da necessidade de uma fiscalização, de um
 329 acompanhamento na bacia, seja para revisão das outorgas que eventualmente
 330 estão deferidas, mas não foram implementadas serão, sim, objeto de
 331 fiscalização. Inclusive dentro do próprio procedimento a equipe técnica está
 332 trabalhando, para declaração de áreas de conflito passa a constar agora essa
 333 atividade, que é revisitar as outorgas vigentes para verificar se elas foram
 334 implementadas dentro do prazo regulamentar. Anteriormente era um ano, agora
 335 nós temos três anos após o deferimento da outorga para que ela seja

336 implementada. Então nós vamos, sim, dar essa atenção específica não só à
 337 bacia do Paracatu, mas a todas as bacias em que nós já estamos identificando
 338 situações de indisponibilidade hídrica.” **7.4) Vito Transportes Ltda. Fazenda**
 339 **Santa Rosa e Cana Brava. Paracatu/MG. Processo de Outorga nº**
 340 **2415/2018. Captação em corpo d’água para fins de irrigação. SEI**
 341 **2240.01.0000439/2021-95. Apresentação: IGAM/Gerur.** Recurso indeferido por
 342 maioria nos termos do parecer do IGAM. Votos favoráveis ao parecer do IGAM:
 343 Segov, MPMG, Sede, Seinfra, Prefeitura de São João do Manteninha e UFMG.
 344 Votos contrários: Faemg, Ibram e Siamig. Abstenções: Seapa, Prefeitura de
 345 Patrocínio, Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg, Copasa, CRBio, Instituto
 346 Guaicuy, UFU e Crea. Ausências: Prefeitura de Betim e Prefeitura de Viçosa.
 347 Justificativas de abstenções e de votos contrários conforme registradas no item
 348 7.3, em votação em bloco. **7.5) Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários**
 349 **Ltda. Poços de Caldas/MG. Processo de Outorga nº 2874/2020. Canalização**
 350 **e/ou retificação de curdo d’água para fins de urbanização. SEI**
 351 **1370.01.0021628/2019-66. Apresentação: IGAM/Urga SM.** Processo retirado
 352 de pauta devido a problema na disponibilização da documentação. **7.6) Pollo**
 353 **Engenharia e Incorporações Ltda. Residencial Mendonça Chaves. Poços**
 354 **de Caldas/MG. Processo de Outorga nº 44848/2016. Rebaixamento de nível**
 355 **de água subterrânea para obras civis. SEI 2240.01.0002282/2020-98.**
 356 **Apresentação: IGAM/Urga SM.** Processo retirado de pauta devido a problema
 357 na disponibilização da documentação. **8) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL**
 358 **PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO CERH-**
 359 **MG EM 2021. Apresentação: SEMAD.** Aprovada por unanimidade a agenda de
 360 reuniões da Câmara Normativa e Recursal para o ano de 2021, nos termos
 361 apresentados pela SEMAD. Votos favoráveis: Segov, MPMG, Seapa, Sede,
 362 Seinfra, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de São João do Manteninha,
 363 Prefeitura de Santa Bárbara, Fiemg, Faemg, Ibram, Copasa, Siamig, CRBio,
 364 Instituto Guaicuy, UFU, Crea e UFMG. Ausências: Prefeitura de Betim e
 365 Prefeitura de Viçosa. **9) ASSUNTOS GERAIS. Conselheira Maria Teresa Viana**
 366 **de Freitas Corujo:** “Eu queria aproveitar e saber se no caso, dentro das
 367 competências desta Câmara, nós poderíamos já ter na próxima reunião, para
 368 começar a pensar a questão da bacia do Paracatu, uma apresentação pelo
 369 IGAM sobre a quantidade de outorgas, as vigentes, qual é o volume, as
 370 superficiais e subterrâneas. Isso pode ser um requerimento feito por um
 371 conselheiro para conhecermos essa bacia na situação em que está hoje sobre a
 372 questão de outorgas nesse território, com uma apresentação completa?”
 373 **Presidente Marcelo da Fonseca:** “Sim, perfeitamente, conselheira. Eu acredito
 374 que talvez não dê tempo de fazermos essa avaliação completa, principalmente
 375 com relação ao que for necessária vistoria in loco, mas pode trazer, sim.
 376 Lembrando que dentro da nova organização do Conselho nós temos uma
 377 Câmara específica que trata dos instrumentos de gestão, da outorga, mas nada

378 impede de fazermos uma apresentação aqui para os conselheiros. Mas a
379 discussão inicial ocorre na Câmara específica. Nós temos aqui uma
380 competência específica, mais de normativa e recursos. Mas podemos, sim,
381 trazer.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Para conhecimento,
382 porque aqui também tem a questão normativa, pensando no que o Plenário
383 estabelece como política. E nós conhecermos a situação eu considero
384 fundamental. E eu não estava pensando no sentido do trabalho de averiguar a
385 questão das outorgas, por exemplo, da reserva. Eu estava falando do que está
386 posto. Porque quando entramos no IDE, apesar de ser reiteradamente
387 informado, e tem lá a questão das outorgas, não é uma base de dados que
388 podemos ter um acesso, por exemplo, de qual é o total de volume desse
389 universo de outorgas de um determinado município ou numa determinada bacia
390 hidrográfica. Então eu entendo que seria muito importante para nosso
391 conhecimento. Foi só uma sugestão.” Presidente Marcelo da Fonseca:
392 “Tranquilo. A senhora quer da bacia como inteiro ou do município de Paracatu?
393 Eu só fiquei na dúvida agora com a manifestação da senhora.” Conselheira
394 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu considero que, como geralmente
395 tanto os pedidos de outorga como qualquer questão afeta a competência do
396 Estado é por município, fazer uma apresentação sobre o município de Paracatu,
397 embora possa apresentar e deve em quais bacias hidrográficas que estão
398 dentro do município de Paracatu está esse universo de outorgas, seria muito
399 importante.” **10) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem
400 tratados, o presidente Marcelo da Fonseca declarou encerrada a sessão, da
401 qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

406 **Marcelo da Fonseca**
407 **Presidente da Câmara Normativa e Recursal**